



Imagem extraída: <https://www.sejusp.ms.gov.br/20020-2/>

O dia 30 de agosto, Dia Internacional das Pessoas Desaparecidas, é uma data dedicada a conscientizar sobre o desaparecimento de pessoas em todo o mundo. Este dia destaca a importância de lembrar e apoiar as vítimas de desaparecimento, além de pressionar governos e organizações para intensificarem esforços na busca por desaparecidos e na proteção dos direitos humanos.

A data ganhou maior visibilidade entre as lideranças governamentais a partir do final do século XX, especialmente devido ao aumento dos casos de desaparecimento forçado<sup>1</sup> em contextos de conflitos diversos. Com o estabelecimento da “Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra o Desaparecimento”, adotada pela ONU em 2006, foi um marco importante, pois obrigou os países signatários a investigarem casos, punir os responsáveis e prevenir novos desaparecimentos.

No Brasil, o desaparecimento de pessoas ocorre em diferentes contextos, como violência doméstica, exploração sexual, tráfico humano e fugas devido a distúrbios mentais ou conflitos familiares. As regiões metropolitanas, devido à densidade populacional e à desigualdade social, tendem a registrar o maior número de casos. Embora existam iniciativas, como delegacias especializadas e campanhas de conscientização, o país ainda enfrenta desafios na coleta de dados, na investigação de casos e no suporte às famílias. A Lei nº 13.812/2019, que instituiu a “Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas”, é uma tentativa recente de melhorar a resposta do Estado a esses casos, estabelecendo um cadastro nacional unificado e medidas de prevenção e localização.

### **O Papel do SUS e dos Serviços Hospitalares da SPDM**

No âmbito da saúde pública, o Sistema Único de Saúde (SUS) desempenha um papel fundamental na identificação e no suporte às pessoas desaparecidas. As unidades de saúde e hospitais, incluindo aqueles administrados pela SPDM, têm a responsabilidade de registrar e relatar casos de pacientes sem identificação

---

<sup>1</sup> Desaparecimento forçado, segundo a ONU, é a detenção ou sequestro de uma pessoa por agentes do Estado ou com a sua conivência, seguido da recusa em reconhecer a privação de liberdade ou em revelar o paradeiro da vítima, colocando-a fora da proteção da lei. Essa prática é considerada uma grave violação dos direitos humanos e pode ser classificada como crime contra a humanidade quando realizada de forma sistemática.



ou em situação de vulnerabilidade. Esse processo inclui não só o atendimento médico, mas também a articulação com serviços sociais e autoridades competentes.

Nos hospitais da SPDM, há procedimentos para acolher e atender pessoas que chegam sem identificação, incluindo aquelas em situação de rua ou vítimas de violência. O serviço social dentro dos hospitais é crucial para encaminhar esses casos para as autoridades e, quando necessário, acionar redes de apoio que possam ajudar na localização de familiares. O trabalho multidisciplinar é fundamental nesses casos, não sendo uma responsabilidade exclusiva do médico ou do assistente social. Os hospitais, que adotam políticas de humanização e valorizam o trabalho em equipe, têm contribuído para facilitar e agilizar o processo de atendimento dessas pessoas. O objetivo é sempre atuar com a prerrogativa da integralidade no cuidado, garantindo a qualidade do atendimento.

Além disso, os hospitais podem colaborar com a Polícia Civil e outros órgãos em processos de identificação, utilizando registros de saúde, exames de DNA e outras tecnologias médicas para ajudar na identificação de desaparecidos que possam estar hospitalizados.

A atuação integrada entre saúde pública, segurança e assistência social é essencial para uma abordagem eficaz na resolução de casos de desaparecimento, garantindo que as pessoas vulneráveis recebam atendimento adequado e que as famílias sejam apoiadas na busca por seus entes queridos.



As iniciativas dos nossos serviços estão alinhadas ao ODS 16 da ONU, ao garantir a identificação e o acolhimento de pessoas em situação de vulnerabilidade, incluindo desaparecidos, em seus hospitais. Por meio de protocolos que envolvem o registro e a comunicação às autoridades, a SPDM contribui para a prevenção de desaparecimentos e a proteção de direitos fundamentais, promovendo um ambiente seguro e inclusivo.